

Não haveria nesse argumento uma circularidade? Se estabelecemos a certeza do eu porque o pensamento o pressupõe, não estamos diante de um círculo vicioso? Esta é exatamente a objeção de Leibniz a Descartes: “Dizer ‘eu penso, logo eu existo’ é circular, já que não posso inferir a existência do ‘eu’ a partir do pensamento, porque o ‘eu’ já está suposto em ‘eu penso.’” (*Nouveaux essais*, IV, 17, seq. 7). De fato, o próprio sentido de “eu” está longe de ser evidente. Como diz Nietzsche (*Além do bem e do mal*, § 16), há inúmeros problemas não resolvidos nesse pressuposto. Supõe-se que sou eu que pensa, que deve haver alguém que pensa, que o pensamento é algo realizado por um ser, que este ser é causa desse pensamento, que há um eu e que posso saber o que é. Vemos então que talvez “eu penso” e mesmo “eu existo” estão longe de serem tão evidentes quanto queria Descartes. Segundo Bertrand Russell, o máximo que o argumento me permitiria seria inferir não que eu penso, mas apenas que há pensamento.

As várias possibilidades de interpretação do argumento parecem levar todas elas a impasses de diferentes tipos. Há sobretudo uma questão importante a ser examinada quanto à validade do argumento. Essa questão diz respeito a duas consequências ou conclusões que podem ser extraídas dele. Seria de fato a certeza do cogito diferente das certezas da matemática (p.ex., $2 + 3 = 5$), possuindo um grau de certeza maior do que o destas? A primeira conclusão é que não posso estar errado ao pensar que existo, o que parece ser válido uma vez que o pensar pressupõe o existir: não posso pensar sem existir; logo, se penso que existo, necessariamente existo, o que corresponde à formulação das *Meditações* citada acima. A segunda é que, se creio que existo, então sei que existo; trata-se portanto de uma certeza que adquiro sobre minha existência. Entretanto, essa conclusão pode ser questionada, e não parece decorrer imediatamente da anterior. Eis por que a crença na minha existência não implica que eu tenha um **conhecimento certo** acerca disso; ou seja, uma crença não implica certeza sem a justificação ou compreensão daquilo em que creio; não há certeza antes que eu saiba exatamente o que é o cogito que pensa. O argumento pode no máximo estabelecer a existência do cogito, mas não o que este é. Portanto não posso, a rigor, *saber* que existo, ter conhecimento disso, já que o conhecimento supõe a possibilidade de justificar e explicar a minha crença, o que não é possível simplesmente a partir do argumento do cogito. Do mesmo modo, quando, no contexto da Primeira Meditação, penso que $2 + 3 = 5$, estou certo porque isso é verdadeiro, porém não posso saber disso, não tenho como justificar a verdade da minha crença. A evidência do cogito, se entendida como intuitiva e imediata, não me dá, entretanto, meios para justificar e explicar a verdade alcançada.

Assim, parece haver uma diferença básica entre uma certeza irrefutável, que é talvez o que Descartes obtém com o argumento, e uma verdade primeira, ponto de partida sem pressupostos, que é o que Descartes pretende com o cogito, sem no entanto consegui-lo, segundo as objeções vistas acima.

Os céticos não se consideraram convencidos pelo argumento de Descartes. A questão cética não dizia respeito à certeza do cogito, isto é, à certeza sobre a existência do ser pensante – uma certeza subjetiva, portanto –, mas sim à possibilidade do conhecimento do real, ou seja, do mundo natural.